

Fonte: Folha Dirigida

Data: 06/10/2020

Link: <https://folhadirigida.com.br/concursos/noticias/see-mg-mig/concurso-see-mg-parlamentares-e-servidores-cobram-novo-edital?amp=1>

Concurso SEE MG: parlamentares e servidores cobram novo edital

Em audiência na Assembleia Legislativa, profissionais e deputados cobram concurso SEE MG, além da continuidade das convocações.

Atuando com cerca de 110 mil contratados sem concurso, a Educação do Estado de Minas Gerais sofre com a falta de um quadro de pessoal permanente. Por isso, parlamentares e servidores cobram um novo concurso SEE MG e mais convocações do edital anterior.

“O governo do Estado precisa realizar mais concursos públicos. Temos mais educadores com vínculo precário de trabalho do que efetivos. Na rede estadual cerca de 110 mil trabalhadores e trabalhadoras em educação estão com contratos temporários.”

A declaração é da professora Denise Romano, coordenadora do **Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG)**.

Em audiência realizada na Assembleia Legislativa do Estado (ALMG), Romano denunciou a vulnerabilidade financeira e profissional que muitos desses educadores enfrentam com a falta de estabilidade sem o cargo efetivo.

A presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ALMG, deputada Beatriz Cerqueira (PT), também reconheceu que “mesmo nomeando todos os classificados (do concurso anterior), continuaremos a ter cargos vagos na educação”.

Ela argumentou ainda que o grande número de contratados e a lenta progressão da carreira da educação no Estado faz com que a realização de concurso não represente um aumento de despesa para o setor público, nesse caso.

Toda essa pauta foi discutida durante audiência pública realizada pela Comissão de Educação da ALMG. Representando o Poder Executivo, estava a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), que não apresentou data para o novo edital.

A subsecretária de Gestão de Pessoas da Seplag, Kênnya Kreppel Duarte, apenas disse que o governo pretende continuar com a substituição de professores designados por concursados, e não descartou uma nomeação ainda mais ampla que as 16 mil vagas ofertadas no concurso.

Profissionais também cobram continuidades das nomeações

Outra pauta discutida na audiência da ALMG foi a retomada das nomeações e da posse dos professores concursados do Estado, interrompidas por causa da pandemia de Covid-19. No ano passado, foi anunciada a chamada de mais 8 mil profissionais.

Uma parte das chamadas foi concluída. Mas ainda faltam mil nomeações, que eram previstas para o primeiro semestre de 2020 e foram interrompidas com a pandemia, bem como a continuidade das outras 4 mil que foram compromissadas para esse ano.

De acordo com a Seplag, a retomada destas mil primeiras nomeações acontecerá apenas nas macrorregiões do Estado que avançarem para a Onda Verde do Plano Minas Consciente, criado pelo governo para orientar a normalização das atividades após as medidas de isolamento social.

Sendo assim, todas as nomeações devem ocorrer em prazos diferentes em cada região de Minas Gerais. De qualquer forma, o governo reafirmou o compromisso de nomear 5 mil professores e analistas de educação básica em 2020.

Por causa da incerteza sobre a classificação de cada região quanto ao estágio da pandemia, a subsecretária da Seplag disse que não é possível detalhar um cronograma de nomeações.

Concurso anterior tem validade até 2022

Publicado em dezembro de 2017, o último concurso SEE MG ofertou 16.700 vagas. Em junho deste ano, o prazo de validade da seleção foi prorrogado até 2022, de modo que todas as nomeações devem ser concluídas até lá.

Vale destacar, contudo, que mesmo que o Estado admitisse todos os 30 mil candidatos classificados e ainda não nomeados, ainda haveria necessidade de um novo concurso para substituir todos os designados.

As mais de 16 mil vagas do edital anterior foram distribuídas entre cargos para professores de Educação Básica e especialistas em Educação Básica (orientação educacional/supervisão pedagógica).

A seleção atraiu mais de 130 mil inscritos apenas para carreira docente. Para especialistas, por sua vez, foram 47 mil concorrentes. O salário oferecido na época era de R\$2.135,64 para jornada de trabalho de 24 horas semanais.

Os concorrentes foram avaliados por meio de provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com 60 questões. Desse total, dez foram de Português, dez de Matemática, dez de Conhecimentos Didático-pedagógicos e 30 de Conhecimentos Específicos.